

G.D.U.P. APRESENTAM LISTAS EM DEZ CONCELHOS DE LISBOA

A Comissão Distrital de Lisboa da Unidade Popular revelou esta manhã, no decorrer de uma conferência de imprensa, que os G.D.U.P. apresentaram listas de candidatos para dez dos catorze concelhos de Lisboa, abrangendo — segundo informaram — quase 80 por cento da população do distrito.

Cerca de 90 por cento das freguesias do concelho de Lisboa contarão com listas dos G.D.U.P. para as respectivas Juntas, enquanto, em Oeiras, esta organização — recentemente legalizada como partido político — concorrerá à totalidade dos postos e funções em disputa. Nuno Teotónio Pereira (Câmara) e Luis Moita (Assembleia Municipal) serão os primeiros nomes das listas para o Município da capital. O advogado Amadeu Lopes Sabino e o operário e membro da comissão sindical da Sorefame Joaquim Soares encabeçarão as listas para o concelho de Oeiras.

Afirmando que a participação dos G.D.U.P., nestas eleições, se centra fundamentalmente na cintura industrial de Lisboa, Amílcar Silva, daquela Comissão Distrital, informou que os candidatos não pertencem todos à organização, tendo sido aceites para listas mediante eleições de base, em função do facto de serem «antifascistas reconhecidos que concordam com a base do programa de Otel».

Naquele encontro com os jornalistas foi distribuído o manifesto dos G.D.U.P. para as eleições no qual se contém um alerta ao povo trabalhador: «A comissão distrital de Lisboa alerta o povo para as listas que a cúpula social-democrata do P. S. e os fascistas do P. P. D. e C. D. S. nos irão tentar impingir. Os trabalhadores socialistas têm nas últimas medidas do Governo a prova clara de até onde pode ir a traição de Soares e companhia. A comissão distrital de Lisboa chama todos os que aspiram ao socialismo a apoiar as listas de Unidade Popular. A comissão distrital de Lisboa alerta também para as manobras divisionistas do Povo Unido, que tenta explorar o forte desejo de unidade manifestado nas eleições presidenciais por largas camadas do povo. As preten-

das listas «unitárias» promovidas por aqueles que tudo fizeram contra o nosso querido general do povo e contra milhares de operários, camponeses, pescadores, soldados e marinheiros, empregados pobres, intelectuais, homens e mulheres, velhos e jovens que osaram erguer bem alto a bandeira da luta contra o fascismo e da verdadeira unidade popular. A todas estas provocações e calúnias o povo soube e saberá responder. Ontem contra a candidatura divisionista de Octávio Pato, hoje contra as manobras divisionistas do Povo Unido. Para os G.D.U.P. a unidade popular constrói-se na luta de massas e não em alianças com os partidos da burguesia e muito menos com os fascistas do P. P. D. como admitiu o divisionista Pato na sua recente entrevista ao «Diário de Lisboa». O movimento de unidade popular que se ergueu na luta contra o fascismo não pode permitir que se concilie com esses ferozes inimigos do povo e que, em contrapartida, homens que foram libertados em Caxias e Peniche pelo general do 25 de Abril se abstenham de tomar posições na Assembleia da República pela libertação daquele que lhes deu a liberdade. O povo não tem duas caras. E por isso é que distingue com facilidade os amigos dos inimigos.»

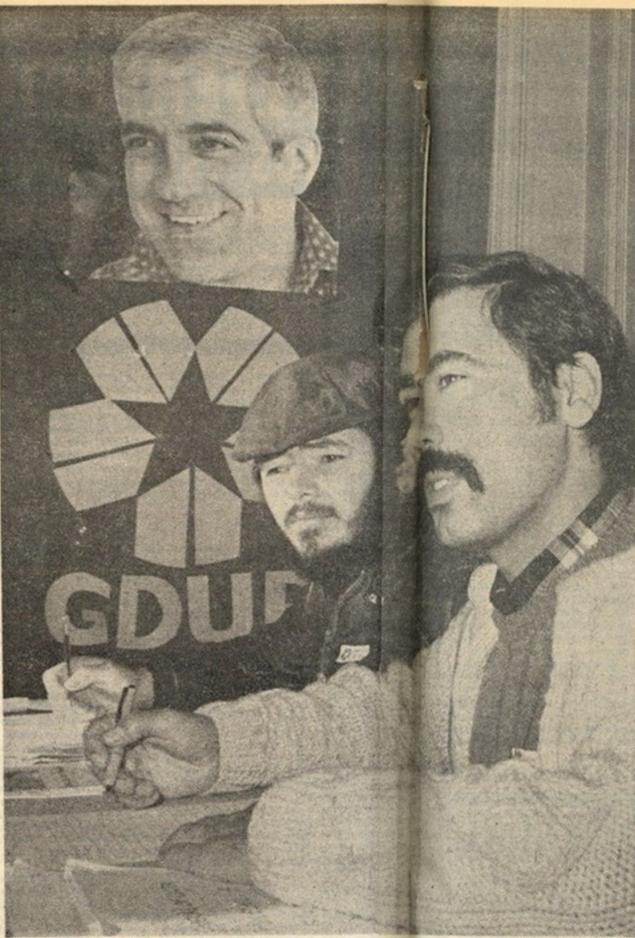
Frente sindical: «necessidade de programa de luta»

Manifestando a sua discordância com «a política seguida pela maioria das direcções sindicais e pelo secretariado da Intersindical», Pina Reis, também da comissão distrital, defendeu uma actuação sindical mediante «um programa de luta contra os despedimentos arbitrários, contra o 'lock-out' e pela saída dos contratos» e pela «criação de uma central sindical revolucionária e democrática».

Depois de referir que «foram os sindicalistas do G.D.U.P. que tiveram um papel preponderante no desbaratar da manobra da 'Carta Aberta', até porque não estava comprometido com a actuação golpista e sectária do secretariado da Inter», Pina Reis descreveu o que considerou «as manobras antidemocráticas na última assembleia de sindicatos, realizada na F. I. L. no passado dia 6». Citou, como exemplo, o facto de as propostas dos trabalhadores da Madeira, que contemplavam formas de luta contra a repressão do patronato, não terem merecido a aprovação das restantes direcções, acrescentando:

«O programa do secretariado da Inter não apresenta perspectivas de luta, limitando-se a defender a Constituição. Mas nós sabemos que sem luta o que escrito não serve de nada. Basta ver que a Constituição proíbe o 'lock-out' e Mário Soares confessou aos sindicalistas nada poder fazer no caso da Maconde.»

Finalmente foi feito um apelo aos militantes dos G.D.U.P. «para a mais activa participação na luta sindical, para a construção de uma linha sindical dos G.D.U.P.», a qual, afirma, «já demonstrou ter algum peso e só não é maior por falta de iniciativa de organização dos activistas».



Os dirigentes da comissão distrital de Lisboa da Unidade Popular no momento em que anunciaram os concelhos onde os G.D.U.P. apresentaram candidatos

«Política reformista» dos G.D.U.P. afasta P. R. P. e M. S. U.

As razões por que o P. R. P. retira as suas delegações junto da Comissão Nacional Provisória da Unidade Popular e junto das comissões distritais da Unidade Popular e a sua não participação no próximo congresso dos G.D.U.P. baseiam-se, essencialmente, na «degradação sucessiva do Movimento de Unidade Popular, que caindo numa política reformista se afasta, cada vez mais, do processo original, ou seja o trabalho de massas e democracia interna», segundo foi salientado, esta manhã por responsáveis do partido durante uma conferência de imprensa, em que estiveram presentes Pedro Goulart, Tomás da Fonseca, Rui de Oliveira e Fernando Almeida. Todavia, tais razões não impedem que militantes ou simpatizantes do P. R. P. estejam presentes, a título individual, no M.U.P. ou no congresso.

Pedro Goulart, tal como os seus camaradas, referiu «as atitudes antidemocráticas dentro dos G.D.U.P. tomadas pela U.D.P. e também pelo M. E. S.», salientando que «o P. R. P. não podia pactuar com orientações políticas estalinistas e reformistas», dando como exemplos os casos sucedidos em Setúbal e Beja. Quanto ao próximo Congresso dos G.D.U.P., Pedro Goulart considerou-o mais como «um comício, uma vez que, contrariamente ao projecto, nele não serão discutidos a estratégia e a tática do M. U. P., limitando-se apenas a aprovar um programa de luta indefinido, uns estatutos e eleger uma direcção». Pedro Goulart salientou, ainda, que «as atitudes tomadas pela U. D. P. vão nitidamente contra o projecto de socialismo de base e de solidariedade para com o Terceiro Mundo e em especial para com as nossas ex-colónias».

Fernando de Almeida afirmou que «o M. U. P. está controlado por forças reformistas (U. D. P.), descausando para um autêntico eleitoralismo, encontrando-se, assim, cada vez mais desligado das lutas concretas dos trabalhadores, considerando que, nalguns casos, os G. D. U. P., têm sido a força, que de certo modo, tem tentado liquidar as organizações de base dos trabalhadores». A concluir disse «ser ainda possível levantar o M. U. P., não da forma reformista em que se encontra, mas assente num movimento de bases, autenticamente revolucionárias».

Por seu turno, Tomás da Fonseca pôs em evidência «a necessidade de uma unidade em torno de um sector revolucionário», que «não admito outra alternativa que não seja o verdadeiro socialismo ou o fascismo». Considerando a actual orientação dos G. D. U. P., Tomás da Fonseca disse que «o P. R. P. não está disposto a arrastar as massas trabalhadoras para um suicídio do tipo do Chile, adiando que segundo o Partido não há saída para a presente situação do País em termos de democracia burguesa».

ção é impossível concretizar os principais objectivos do próximo congresso».

M. S. U. adere à posição do P. R. P.

Também o Movimento Socialista Unificado, num extenso comunicado, informa do seu afastamento dos G. D. U. P. e do próximo congresso. No referido documento salienta-se que «a presente situação a que os G. D. U. P. chegaram não oferece garantias, nem políticas nem organizativas, de corrigir os graves erros até aqui cometidos, nem tão-pouco de perspectivar, em termos correctos, a acção conjunta das organizações revolucionárias face ao futuro do processo dos G. D. U. P.».

E acrescenta: «As reais contradições dos projectos políticos das diversas organizações, fazem dos G. D. U. P. um processo de unidade sem princípios; e, perante as necessidades de uma resposta popular consequente e eficaz face ao avanço da burguesia, o M. S. U. realinha que não é um processo desarticulado, estratégico e taticamente, hegemonizado por uma força estalinista (a U. D. P.), mais interessada em alargar a influência do P. C. P. (R.) do que em contribuir para a unidade das massas trabalhadoras; não é pois um tal processo truncado que poderá constituir uma alternativa revolucionária ao domínio da burguesia e à hegemonia reformista sobre o movimento operário.»

«E por isso que o M. S. U., enquanto organização, não estará presente no próximo congresso dos G. D. U. P. (podendo nele estar presentes alguns seus militantes a título individual), ao considerar que, com vista a um objectivo correcto de construção da unidade popular em Portugal, o processo dos G. D. U. P. se encontra praticamente esgotado.»

Pinheiro de Azevedo agradece ao país

VIAJANDO de automóvel na companhia da esposa e do seu ajudante-de-campo, comandante Pires Neves, deslocou-se ontem ao Porto o almirante Pinheiro de Azevedo, com a finalidade de efectuar uma última visita de rotina à equipa médica do Hospital Escolar de São João que o assistiu.

Amanhã, o primeiro-ministro

do VI Governo Provisório, como forma de «manifestar toda a sua gratidão a esses homens que lhe salvaram a vida», oferece aos componentes daquela equipa um almoço numa albergaria do Porto, no princípio da tarde deste dia. Pinheiro de Azevedo cultiva a gratidão e, por isso, tinha de marcar este encontro com o Porto. Jamais esquecerá a sua população — disseram-nos. Quanto ao facto de não conversar e poder vir a responder a perguntas dos jornalistas, foi-nos referido: «Isso pode acontecer ou não. Nada de especulações por agora.»

PUBLICIDADE



resolva-os com

500 **Hermesetas** Extra-doce

À VENDA EM TODAS AS FARMACIAS

M. D. M. ANUNCIA ENCONTRO INTERNACIONAL

O Movimento Democrático das Mulheres — M. D. M., membro integrante da Federação Democrática Internacional das Mulheres — F. D. I. M., anunciou durante a conferência de imprensa que ontem teve lugar na sua sede em Lisboa, a realização em Portugal, de 23 a 26 de Novembro, da reunião daquela organização internacional.

«O M. D. M., que conta actualmente em Portugal com cerca de 4 mil activistas organizadas na sua maior parte pelos distritos de Lisboa e Setúbal, considera-se o lidimo representante do núcleo de mulheres portuguesas que, pela presença de Maria Lamas, tomou parte, em Paris, em 1945, no primeiro Congresso Mundial de Mulheres de onde nasceu a actual F. D. I. M.» Representando hoje cerca de 103 países, a F. D. I. M., como organização não governamental, possui o Estatuto Consultivo perante o Conselho Económico e Social da O. N. U. bem como Estatuto da U.N.E.S.C.O. «Tem sido sua constante preocupação a defesa dos direitos humanos, o que levou a expressar sempre a sua solidariedade com as mulheres que junto aos seus povos têm lutado pela independência nacional, opondo-se aos regimes fascistas, ao racismo, ao 'apartheid', à opressão, seja qual for a sua forma», palavras de Luísa

Amorim, membro da direcção do M. D. M. e membro executivo do F. D. I. M. A reunião internacional terá ao nosso País cerca de 40 delegações e realizar-se-á em Lisboa, nas instalações do Hotel Ritz, com a presença de mulheres de prestígio internacional, como seja a presidente da organização, Freda Brown, Valentina Terechkova, cosmonauta e membro do Governo da U. R. S. S., Vilma Espín, de Cuba, Julieta Campesina do Chile, além de outras destacadas figuras femininas de países socialistas europeus, africanos e asiáticos.

Do programa da reunião em Lisboa, que se alargará, entretanto, por várias visitas e encontros a centros distritais em que a actividade feminina é mais intensa (caso de Setúbal, Coimbra, Leiria) destaca-se a realização de um comício, no dia 26, às 21 e 30 no Pavilhão dos Desportos, sob o lema «Pela Paz — Pela Democracia Mulheres de todo o Mundo».

Estão previstas ainda várias visitas de confraternização a sociedades recreativas, fábricas e cooperativas da zona industrial de Lisboa, «a fim de possibilitar uma tomada de contacto com a realidade da vida e anseios das mulheres portuguesas, pela dignificação do seu estatuto social».

CONSELHO DE MINISTROS REÚNE-SE NO PORTO

(Continuação de 1.ª página)

a construção de um novo hospital na região nortenha e anunciado o arranque de importantes empreendimentos no sector de obras públicas. Prevê-se ainda a discussão geral de temas relativos à concessão de crédito agrícola de emergência aos pequenos e médios agricultores — um especial interesse para o Norte —, reestruturação dos transportes terrestres e circulação rodoviária. Poderá também ser anunciada a alteração nas pensões de reforma de funcionários públicos. O dr. Mário Soares e os ministros dos Transportes, da Habitação e da Indústria e Tecnologia alargam a sua permanência no Porto até ao fim-de-semana.

«Tivemos de fazer uma rápida adaptação à última da hora, pois inicialmente a reunião estava prevista para a Câmara Municipal», comentou-nos o vice-governador, Manuel Ramos, que adiantou: «O Sr. Primeiro-Ministro entendeu que o Conselho deveria reunir em local que fosse sede do Governo, e daí a alteração aos planos iniciais.»

Entretanto, o primeiro elemento da equipa governamental a chegar ao Porto foi o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás. Os restantes elementos começaram a chegar ao princípio da tarde, no «foguete» que liga as duas cidades, enquanto outros o fizeram no avião da carreira e de automóvel, como o fez o dr. Mário Soares.

Primeiro-Ministro mais dois dias no Norte

Embora hoje mesmo, findos os trabalhos, vários membros da equipa governamental regressem a Lisboa, outros há que alargarão até ao fim-de-semana a sua permanência em terras nortenhas. Estão neste caso o dr. Mário Soares e os ministros dos Transportes, da Habitação e da Indústria e Tecnologia.

Na verdade, o Primeiro-Ministro aproveitará esta sua deslocação ao Norte para proceder a algumas visitas oficiais. No dia de amanhã começará pelas 9 e 30 horas, com uma deslocação à freguesia de Perafita, Matosinhos, sendo acompanhado pelo ministro Walter Rosa. As 10 e 45, acompanhado do ministro dos Transportes, Rui Vilh, desloca-se ao terminal e contentores do porto de Leixões, sendo às 12 e 30 recebido na Câmara Municipal do Porto, onde será saudado pelo presidente da comissão administrativa do Município, dr. Rogério Tavares.

Admite-se que Mário Soares pronuncie algumas palavras de agradecimento após o que tomará contacto com problemas da edilidade, devendo ainda receber a comissão de trabalhadores daquela Câmara, a qual lhe fará entrega de um documento onde são referidos «os gravíssimos problemas que afligem todos os trabalhadores» e mencionadas as formas de luta em curso».

Da parte da tarde, o primeiro-ministro deslocar-se-á, pelas 16 horas, ao empreendimento do Viso, sendo então acompanhado pelo ministro da Habitação. As 17 e 45 horas estará na Maia, visitando dois empreendimentos de urbanização e habitação como os instalações da Câmara Municipal, onde tomou depois parte numa reunião de trabalhos.

Visitas ao Cachão e ao Minho

Por seu turno, o secretário de Estado do Trabalho parte amanhã para o Nordeste transmontano, visitando o complexo agro-pecuário do Cachão, cujas instalações percorrerá, procurando aperceber-se dos problemas existentes.

No sábado, Maldonado Gonelha estará em Bragança, reunindo de manhã nas instalações do Sindicato da Construção Civil, com comissões de trabalhadores e delegados e dirigentes sindicais do sector. A tarde, aquele membro do Governo presidirá a uma reunião que terá lugar no Governo Civil daquela cidade, onde prosseguirá os contactos com dirigentes sindicais, entidades patronais da construção civil e câmaras municipais. O seu regresso a Lisboa está previsto para domingo.

Também o ministro dos Assuntos Sociais, dr. Armando Bacelar, estará no

Minho no próximo sábado, efectuando ali diversas visitas na companhia do governador civil do distrito. Entre elas, ao Jardim Infantil de Afife, ao Centro de Bem-Estar Social de Seixas, ao Jardim Infantil de Vila Nova de Corveira, aos hospitais de Monção e Paredes de Coura, e ao Hospital distrital (em construção) e à Misericórdia de Viana do Castelo.

P. S. D. contesta «excursão do Governo»

A propósito da reunião do Conselho de Ministros esta tarde no Porto, o P. S. D./P. P. D. divulgou um comunicado, no qual afirma:

«Os portugueses subiram com surpresa que o Governo minoritário socialista, à boa maneira medieval, desloca hoje a sua «corte» descendo da capital até ao velho burgo portuense para se reunir em

Conselho de Ministros. O vulgar cidadão não deixará de se interrogar sobre o real significado desta deslocação maciça de pessoas e não deixará de perguntar-se:

— Será que é este o conceito de descentralização que o Governo tem? Passar a centralização pelos vários distritos? É assim que se pretende reforçar o poder local? Será que o Governo socialista vem ao Porto para resolver problemas com que o País se debate?»

E acrescenta:

«O P. S. D. está mesmo convencido que deverão existir grandes motivos para esta excursão empreendida pelas cúpulas (do partido) do Governo. Se eles não existissem, toda a gente poderia pensar — o que seria grave — que o Partido Socialista, antecipando-se à data prevista para início da campanha eleitoral para as autarquias, vinha ao Porto distribuir benesses com vista a colher dividendos eleitorais.»

CONSULTOR JURÍDICO — PRECISA-SE

A tempo inteiro ou parcial, um sindicato do distrito de Leiria. Indicar curriculum vitae. Resposta ao n.º 4318.

PUBLICIDADE

DESPACHO MINISTERIAL DETERMINA PODER DOS DIRECTORES DOS AEROPORTOS

REPRESENTANTES da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, que presidirá, Direcção-Geral das Alfândegas, Comando-Geral da Guarda Fiscal, Comando-Geral da P.S.P., T.A.P. e S.A.T.A. passam a integrar uma comissão formada com o objectivo de serem melhoradas as condições de funcionamento dos aeroportos nacionais, no que se reporta à segurança das instalações de pessoas e bens, arrumação e limpeza das diferentes áreas, compostura

de quantos neles trabalham e às relações com o público utente.

Esta comissão foi criada no seguimento de um despacho conjunto dos ministros da Administração Interna, Transportes e

municacões, agora remetido para publicação no «Diário da República», o qual impõe o prazo até 31 de Dezembro do ano corrente para que sejam elaboradas as normas e regulamentos que respeitem aos objectivos da criação da comissão e que passam a abranger todo o pessoal.

Os directores que passam a ser as únicas entidades responsáveis pelo funcionamento dos aeroportos, ficam desde já autorizados a incluir, nas

normas e regulamentos a propor, o condicionamento interno do acesso de viaturas, pessoas e bens, a aplicação de multas pecuniárias às empresas públicas e privadas pelas faltas cometidas pelos seus agentes e suspender imedia-

tamente das suas funções qualquer agente de qualquer serviço ou empresa que, pela sua falta de compostura, comportamento e atitude, prejudique de algum modo o prestígio e a eficiência dos serviços aeroportuários.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA COMUNICADO N.º 40

PORTARIA DE ORDENADOS MÍNIMOS

Teve esta direcção conhecimento de que o Ministério do Trabalho se prepara para publicar a P. R. T., que revoga a P. O. M. ainda em vigor, embora mais que ultrapassada.

Ao fim de longa espera, em que os trabalhadores já desesperam, contrariando informações prestadas pelo representante do Ministério do Trabalho à Federação dos Escritórios do Sul, foi alterada a tabela salarial que na comissão técnica havia merecido a concordância dos representantes dos trabalhadores.

Consideramos ser da inteira responsabilidade do Ministério do Trabalho a tabela salarial, inserida na P. R. T., cujos salários consideramos uma vil afronta aos trabalhadores de escritório (sector abrangido), que há muito vêm sendo dos mais desprotegidos.

Exigimos uma imediata correcção das referidas tabelas salariais para os valores que tinham, em comissão técnica, merecido a aprovação da Federação dos Escritórios do Sul e publicação dentro do prazo anunciado pelo Ministério do Trabalho.

Lisboa, 16-11-76.

A DIRECÇÃO

GRANDE HOTEL MONTE ESTORIL

CAMPANHA PROMOCIONAL DA COSTA DO SOL

PREÇOS POR PESSOA P/DIA em quarto duplo: (válidos até 31 de Março de 1977)

estadia	aloj. peq. alm.	1/2 pensão	p. compl.
1 noite	170\$00	290\$00	380\$00
2 noites	150\$00	270\$00	360\$00
3 noites	140\$00	260\$00	350\$00
4 noites	130\$00	250\$00	340\$00
cada noite a mais	130\$00	250\$00	340\$00
supl. quarto individual			30\$00

Para reservas imediatas contacte a:

Av. Liberdade 233 Tel. 536 121 Lisboa 2 **EUROPEIA**

SEMINÁRIO SOBRE TURISMO PUBLICIDADE

TURISMO

★ REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR
★ PLANIFICAÇÃO DA CAMPANHA PARA 1977
Dirigido pelos dois maiores especialistas mundiais:
PROF. DR. ROGER VILLET e PROF. DR. J. M. THURTELL
conselheiros, sobre Turismo, da O.N.U., C.E.E. e BANCO MUNDIAL

Com o apoio da SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA, GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES e DIRECÇÃO-GERAL DE TURISMO

No HOTEL RITZ de 29 de Novembro a 4 de Dezembro

Promovido pelo CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO
Informações na Rua Nova do Almada, 81-3. — Tel. 325577 - 371032 — LISBOA

ARMAZÉNS — ALUGAM-SE

- Na zona da Matinha
- Em grande edifício destinado exclusivamente a armazéns
- Armazéns c/ áreas de 226 a 549 m2 situados no último piso (5.º)
- Possibilidade de agrupamento de vários armazéns, tornando-os intercomunicantes
- Cada armazém dispõe de uma galeria, que, além de outros fins, pode ser utilizada para escritório, e 2 blocos sanitários
- Óptimos acessos
- Facilidade de cargas e descargas
- 4 elevadores
- 2 montacargas de grande capacidade.

INFORMAÇÕES PELO TELEFONE 32 21 05